



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDER  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**Contratação de serviços de apoio à fiscalização, incluindo serviços de consultoria, apoio em vistoria em campo, elaboração de projeto “Asbuilt” e acompanhamento de testes e comissionamentos sobre a área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Maranhão.**

São Luís/MA  
Novembro/2025

## ÍNDICE

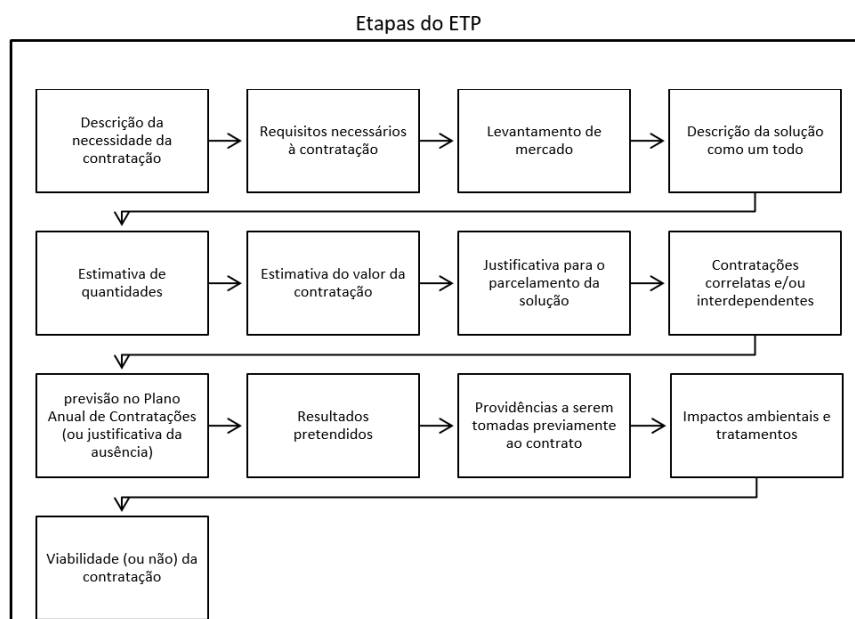
1. INTRODUÇÃO.....	2
2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	2
3. SOLUÇÃO E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	3
4. ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÃO .....	4
5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO .....	5
6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE.....	5
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	6
8. JUSTIFICATIVA SOBRE PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO .....	7
9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.....	8
10. CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO SOBRE O SIGILO DO ETP.....	8
11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.....	8
12. RESULTADOS PRETENDIDOS.....	9
13. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	9
14. MEDIDAS DE TRATAMENTO SOBRE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	10
15. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	11

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. INTRODUÇÃO**

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) busca aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido para que então seja definida a solução mais adequada às necessidades da administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição, as opções do mercado, dentre outras condicionantes impostas. Conforme art. 2º, inciso XXIII, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, temos a seguinte definição:

*“XXIII - Estudo Técnico Preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, avaliando o objeto e promovendo estudo de mercado e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”*

Considerando que o ETP contém análises quanto à viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental para se realizar uma contratação, tal documento balizará o Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação. Como resultado, conforme fluxograma seguinte, poderá ser demonstrada a viabilidade de contratação de um serviço, a aquisição de um bem, a realização de uma obra ou, até mesmo, a execução direta do objeto pelo próprio órgão/entidade.

**2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Codevasf passou a atuar no Maranhão a partir da Lei nº 9.954/2000, passando a ter sua área de atuação ampliada para a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, atendendo a 40 municípios. Em janeiro de 2010, por meio da Lei nº 12.196/2010, a Codevasf ampliou sua área de atuação novamente, com a inclusão das bacias dos rios Itapecuru e Mearim no estado do Maranhão passando a atender 147 municípios. Já no ano de 2012 com a criação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, as atividades passaram a ser geridas pela 8ª Superintendência de forma regionalizada. No ano de 2018, a partir da Lei nº 13.702/2018, foi ampliada mais uma vez sua área de atuação com a inclusão das bacias dos rios Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Aurá, Grande, Itapetininga, Itatuaba, Mapari, Maracaçumé, Marciano, Periaá, Preguiças, Uru e demais bacias litorâneas no estado, passando atender aos 217 municípios maranhenses.

Em reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Codevasf, na última década no Maranhão, a sociedade e a classe política passaram a demandar à empresa obras de infraestrutura visando o desenvolvimento regional, combatendo assim à desigualdade social. Todas essas obras sobre a gestão da Gerência Regional de Infraestrutura – 8ª/GRD.



O Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste em extensão territorial, com área de 331.936,949 quilômetros quadrados, apresenta a segunda maior costa litorânea do país com extensão de aproximadamente 640 quilômetros. A distância entre os extremos norte e Sul do estado localizado respectivamente nos municípios de Carutapera e Alto Parnaíba é de 1.228km. Sendo impossível atender a todo o estado apenas com a estrutura apresentada na figura 01. Para fazer a Codevasf cada vez mais presente nos 217 municípios maranhenses no acompanhamento *in loco* dos instrumentos é necessário contar com uma equipe que dê apoio na fiscalização nas várias obras, dando suporte necessário aos engenheiros, que hoje exercem diversas atividades bem como gestor, fiscal, operador de sistemas e analistas da empresa.

### 3. SOLUÇÃO E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A atuação da Codevasf visando o desenvolvimento de forma integrada e sustentável, na busca de melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam nas áreas abrangidas pelas bacias de rios anteriormente citados. O desenvolvimento regional, por meio de obras de infraestrutura, são estratégias da Codevasf com vistas à redução de desigualdades e ao alcance de sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural, norteada pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal de 1988, em especial o de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, inciso III).

A Codevasf tem entre as suas atribuições estabelecer as diretrizes para os projetos e ações de desenvolvimento integrado e infraestrutura nas áreas de sua atuação, cabendo à Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da empresa coordenar as atividades de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada. Dentre as ações da Codevasf relacionadas à infraestrutura urbana e rural, destaca-se a atuação na melhoria nas condições socioambientais, sanitárias e econômicas da população residente nos municípios beneficiados. Para tanto, a contratação dos serviços de apoio a fiscalização torna-se um pilar básico na eficácia e qualidade das ações do desenvolvimento e na melhoria das obras de infraestrutura, visando dotar os municípios de condições viárias estruturantes em benefício direto à população.

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, é uma solução empregada devido às características do serviço, que será realizado por demanda havendo necessidade de contratações frequentes adaptada as demandas dos instrumentos, mesmo que de forma temporária dando suporte necessário aos engenheiros, que hoje exercem diversas atividades bem como gestor, fiscal, operador de sistemas e analistas da empresa.

A contratação em análise tem por objeto a prestação de **serviços de apoio à fiscalização**, englobando atividades de consultoria técnica, realização de vistorias de campo, elaboração de projeto “*as built*”, bem como o acompanhamento de testes e comissionamentos de sistemas e obras sob responsabilidade da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Maranhão.

Os serviços a serem contratados enquadram-se como **serviços comuns de engenharia**, uma vez que envolvem atividades técnicas padronizadas, rotineiras e amplamente consolidadas no mercado, cuja execução, metodologia e padrões de desempenho podem ser definidos de forma objetiva no edital, conforme normas técnicas vigentes e práticas correntes do setor.

Nesse sentido, a **Orientação Normativa AGU nº 54/2014** estabelece que serviços comuns de engenharia são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser descritos de forma clara e objetiva, utilizando-se especificações usuais de mercado. Complementarmente, a **Orientação Normativa AGU nº 67/2020** dispõe expressamente que **não há óbice jurídico à utilização do pregão para contratação de serviços de engenharia**, desde que o objeto seja tecnicamente caracterizado como serviço de natureza comum.

O objeto ora examinado não envolve elaboração de soluções técnicas singulares, concepção inovadora ou atividades de natureza intelectual complexa. Ao contrário, trata-se de serviços de apoio técnico-operacional à fiscalização, atividades de consultoria padronizadas, rotinas de vistoria e elaboração de documentação técnica consolidada (*as built*), tarefas amplamente ofertadas no mercado e executadas segundo procedimentos correntes da engenharia consultiva.

De igual modo, a **Súmula nº 257 do Tribunal de Contas da União** firmou entendimento de que “o *pregão é modalidade de licitação cabível para a contratação de serviços comuns de engenharia*”, desde que o objeto seja adequadamente caracterizado como comum — condição plenamente atendida no presente caso.

Assim, verifica-se que os serviços pretendidos se enquadram como **serviços comuns de engenharia**, sendo possível estabelecer critérios objetivos de execução e padrões de desempenho. Portanto, **é adequada e tecnicamente recomendável a adoção da modalidade pregão eletrônico** para a contratação, em consonância com as Orientações Normativas AGU nº 54/2014 e nº 67/2020, bem como com a Súmula nº 257 do TCU.

#### 4. ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÃO

As demandas vêm de acordo com a necessidade local de cada região do estado, e muitas das vezes chegam pulverizada no estado inteiro, para facilitar a logística em viagens distantes, que muitas vezes demoram dias, se faz necessário o melhor uso de recursos humanos. Existindo duas opções para a solução:

- 1) Contratação de novos engenheiros proveniente de concursos público com a segregação de funções da engenharia das várias atividades desenvolvidas na Gerência.
- 2) Contratação temporária de engenheiros, para apoio as atividades de fiscalização que visa subsidiar informações para tomada de decisões na gestão dos fiscais na Gerência.

Analisando contratações realizadas por outros órgãos públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e alternativas de solução disponíveis para o suporte demandado, restou-se demonstrada que a execução de serviços de maneira indireta por terceirização, como vem sendo utilizada nos últimos anos por esta Gerência, é a forma mais aplicada dentro da Administração Pública e a que mais se adequa às presentes necessidades.

Além disso, em análise aos modelos e métodos de contratos utilizados por outras instituições públicas, foi identificado a utilização das seguintes metodologias:

Órgão Público	Edital	Objeto	Tipo de Contratação	Medição	Característica
CODEVASF - SE	24/2023	Apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia	Empreitada por preço unitário	Medição por quantitativo de serviços executado	Mão de obra exclusiva
CODEVASF - PI	21/2023	Apoio à fiscalização, incluindo serviços topográficos e realização de ensaios para avaliação da pavimentação	Empreitada por preço unitário	Medição por quantitativo de serviços executado	Mão de obra exclusiva
CODEVASF -SEDE	118/2023	Apoio à fiscalização, incluindo serviços topográficos e realização de ensaios para avaliação da pavimentação	Empreitada por preço unitário	Medição por quantitativo de serviços executado	Mão de obra exclusiva

Em sua maioria, as soluções que tenham como objeto a prestação de serviços de apoio à fiscalização cuja mão de obra são engenheiros, motoristas, topógrafos e auxiliares, em que não se existe um padrão nos serviços executados, em razão da multiplicidade de áreas de atuação e distribuição de cargos, preponderam pela medição por quantitativo de postos.

A 8ª Superintendência Regional vem realizando contratações similares desde a sua implantação no estado do Maranhão. Em 2018 a empresa PLANACON PLANEJAMENTO ASSESSORIA DE PROJETOS TECNICOS LTDA realizou as atividades e posteriormente a empresa BECK DE SOUZA ENGENHARIA. São várias empresas



atuando no mercado que realizam os serviços de gerenciamento de projetos, supervisão e consultoria de obras. Com uma simples pesquisa de mercado na web, é possível encontrar várias dessas empresas com portfólios e com os serviços similares ao objeto da contratação.

## 5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

Considerando que a 8ª SR Codevasf não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal suficiente e especializado para o acompanhamento rotineiros dos serviços objetos dos instrumentos. Considerando que, diante das limitações impostas, a contratação de particular constitui a alternativa mais eficiente e eficaz para a Codevasf, na sua missão de atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local, beneficiando a população nas áreas de sua atuação. Visando um equilíbrio entre os serviços de campo e escritório, de forma temporária, a opção é a mais vantajosa visto que os instrumentos executados têm prazo de término, e assim sendo necessário adaptar a equipe dimensionando conforme novas demandas e os recursos recebidos anualmente na Gerência Regional de Infraestrutura.

Justifica-se o uso do SRP, ainda, por considerar a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas contratações, conforme art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- i. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- ii. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- iii. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- iv. quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- v. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

## 6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

A estimativa de quantidade foi elaborada considerando a necessidade de apoio contínuo à fiscalização das obras sob responsabilidade da 8ª Superintendência Regional, abrangendo todos os 217 municípios do Maranhão. A demanda foi dimensionada com base na média histórica de fiscalizações, tanto por equipe efetiva da Codevasf, quanto por empresas terceirizadas de apoio a fiscalização em contratos anteriores. Levou-se em conta ainda, o número de instrumentos em execução, e de instrumentos previstos para o próximo ano, além da extensão territorial do estado.

Assim, foi definida a composição mínima da equipe (engenheiros, técnicos e auxiliares), bem como os recursos logísticos necessários (veículos, equipamentos de informática, escritório e insumos de apoio). A equipe foi dimensionada de forma a garantir a produção de **10 relatórios de vistoria por semana (de segunda a sexta-feira)**.

Essa métrica permitiu calcular o custo unitário por relatório, que servirá como referência de medição para a execução contratual.

A estrutura mínima da equipe técnica para apoiar à fiscalização no acompanhamento dos instrumentos, objetivando garantir a qualidade dos serviços prestados conforme previsão acostada nas normas técnicas pertinentes, bem como assegurar a execução das obras conforme prevista em projeto, especificações e orçamentos, é apresentada na tabela abaixo, que apresenta ainda o quantitativo necessário para contratação de equipe de apoio à fiscalização:

### Mão de Obra:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
-----------	---------	------------



Engenheiro de Projetos Sênior (Coordenador)	Und	1
Engenheiro de Projetos Pleno (De campo)	Und	1
Topógrafo	Und	1
Desenhista Projetista (Cadista)	Und	1
Auxiliar Administrativo	Und	1
Auxiliar Topografia	Und	1

**Equipamentos:**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Veículo tipo pick-up	Und.	1
Notebook core i5	Und.	5
Estação Total com Tripé de Topografia	Und	1

Estão previstos no memorial de cálculo gastos com veículo, combustível, diárias (hospedagem e alimentação), além dos custos de manutenção de um escritório.

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Por se tratar de serviços de engenharia, os preços unitários foram adotados com base na tabela consultiva DNIT e composições do SICRO/MA, DNIT - abril/2025 e SINAPI junho/2025 com valores de BDI de 45,07% conforme Tabela de Preços de Consultoria – DNIT que detalha os valores de referência para as taxas de BDI, encargos sociais estão de acordo com o cálculo previsto na tabela SICRO. Desta forma, concluiu-se que os preços unitários apresentados atendem ao disposto no Art. 6º da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424/2016, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

A metodologia utilizada para o cálculo dos custos observou as seguintes premissas:

**a) Salários de profissionais:**

Foram adotados os valores referenciais do SICRO (DNIT) - abril/2025, além dos encargos sociais.

**b) Diárias (Hospedagem e alimentação):**

O cálculo considerou um deslocamento de segunda a sexta-feira do Engenheiro Pleno, Topógrafo e Auxiliar de Topografia, considerando 4 pernoites e 5 diárias de alimentação. Os demais profissionais realizarão trabalho apenas em escritório, para dar suporte à elaboração do relatório final das vistorias realizadas, não sendo necessário deslocamento, tampouco custos com hospedagem e alimentação. Os valores de Diárias foram obtidos de tabela própria da Codevasf para pagamentos de hospedagem e alimentação em viagens a serviço.

**c) Diárias de veículos e combustível:**

Foi considerado o veículo pick-up 4 x 4, para atender deslocamentos em regiões de difícil acesso. O custo diário foi calculado com base no preço médio de locação praticado em São Luís/MA e em cidades do interior do Estado do Maranhão, acrescido do consumo médio de combustível (10 km/litro, gasolina) e quilometragem média semanal, que levou em consideração a distância média de deslocamentos de ida e volta das cidades de cada microrregião para a cidade de referência da microrregião. Conforme exemplificado abaixo, de acordo com o IBGE, o Maranhão está subdividido em cinco microrregiões, sendo que cada microrregião possui um município de referência. A tabela abaixo apresenta a média de distância (km) entre cada município de referência e os demais municípios da





região.

MUNICÍPIOS	REGIÃO	MICRORREGIÃO	DISTÂNCIA AO MUNICÍPIO DE REF (KM)	DISTÂNCIA (KM) IDA E VOLTA	MÉDIA (KM)	MÉDIA (KM) IDA E VOLTA
Presidente Dutra	Centro Maranhense	Presidente Dutra	0,00	0,00	125,82	251,64
Caxias	Leste Maranhense	Caxias	0,00	0,00	201,40	402,80
São Luís	Norte Maranhense	Aglomerado Urbana de São Luís	0,00	0,00	177,57	355,13
Imperatriz	Oeste Maranhense	Imperatriz	0,00	0,00	365,59	731,17
Balsas	Sul Maranhense	Gerais de Balsas	0,00	0,00	168,05	336,09

d) Manutenção e Administração de escritório:

Foram incluídos custos com aluguel de espaço, energia elétrica, água, notebooks, internet, material de expediente e serviços de apoio administrativo, estimados com base na Tabela Consultiva do DNIT.

e) Cálculo do valor por vistoria semanal e por relatório:

Considerou-se uma logística de viagem semanal, de segunda a sexta-feira, em cidades da mesma microrregião, e estimou-se a produção de 10 relatórios de vistoria por semana (de segunda a sexta-feira). Logo, para cada viagem semanal foi feita a composição dos custos com profissionais e encargos sociais e trabalhistas, diárias (hospedagem e alimentação), veículo e combustível, além de manutenção e administração de escritório.

A partir daí, foi obtido o custo por relatório de visita técnica e a estimativa do custo anual do contrato, que considerou a estimativa de 40 semanas de viagem para a região Norte, 36 semanas para as regiões Leste, Centro e Oeste e 25 semanas para a região Sul do Estado do Maranhão.

Dessa forma, o valor global de R\$ 5.661.344,30 corresponde a um quantitativo estimado de 1730 relatórios, que são o produto final da vistoria a cada contrato em determinado município. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o quantitativo pode ou não ser utilizado em sua totalidade.

Esse valor unitário possibilita aferir economicidade e serve como parâmetro de controle para a futura execução contratual, garantindo clareza sobre a relação entre os recursos investidos e os resultados entregues.

O valor estimado global anual para a contratação dos serviços objeto desta contratação é de **R\$ 5.661.344,30 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)**, data base de abril/2025, conforme o Resumo abaixo da Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

LOTE	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	1	Apoio à fiscalização, Gerenciamento de Contratos e serviços topográficos (Norte)	Relatório	400,00	R\$ 3.264,27	R\$ 1.305.708,00
	2	Apoio à fiscalização, Gerenciamento de Contratos e serviços topográficos (Leste)	Relatório	360,00	R\$ 3.270,38	R\$ 1.177.336,80
	3	Apoio à fiscalização, Gerenciamento de Contratos e serviços topográficos (Centro)	Relatório	360,00	R\$ 3.251,01	R\$ 1.170.363,60
	4	Apoio à fiscalização, Gerenciamento de Contratos e serviços topográficos (Oeste)	Relatório	360,00	R\$ 3.312,44	R\$ 1.192.478,40
	5	Apoio à fiscalização, Gerenciamento de Contratos e serviços topográficos (Sul)	Relatório	250,00	R\$ 3.261,83	R\$ 815.457,50
Total por ano				1.730,00	Valor total anual	R\$ 5.661.344,30

## 8. JUSTIFICATIVA SOBRE PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O procedimento de análise de viabilidade de parcelamento do objeto é previsto na Lei 13.303/2016, nos seguintes termos:

“Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes: [...]

III - parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala [...]

Conforme Acórdão 1.946/2006, do Tribunal de Contas de União, “como regra geral, exige-se o



parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. ” De acordo com a Súmula nº 247/2004 do TCU: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Considerando o caso concreto do objeto desse estudo técnico preliminar, devido à necessidade de padronização dos serviços topográficos e de supervisão técnica de contratos, bem como a padronização de relatórios das vistorias, se faz necessária a contratação em lote único por preço global, para que seja contratada apenas uma empresa, de modo que facilite ainda a gestão e fiscalização do contrato, tendo em vista o grande número de contratos. Dessa forma, como não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, é viável a contratação desse serviço em lote único por preço global.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

As contratações correlatas ou interdependentes são aquelas que repercutem ou sofrem repercussão da contratação em estudo, que devem ser pautadas e analisadas pelos seus impactos e influências tanto no aspecto econômico quanto em logística.

Para o caso deste estudo, ressalta-se que não há a necessidade de futura contratação interdependente juntamente com o objeto principal deste ETP para sua completa prestação, pois a contratação em questão, é suficiente para atendimento completo do objeto principal.

Já em relação à contratação correlata, ressalta-se que não há a necessidade de contratação correlata.

## **10. CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO SOBRE O SIGILO DO ETP**

Não se aplica, a estimativa do valor de contratação acompanhada dos preços unitários e das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suportes farão parte integrante do Termo de Referência documento principal que estabelecerá normas e critérios para o Edital de licitação.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

Tendo em vista que o recurso utilizado para a execução dos serviços trata-se da reserva técnica oriundos dos recursos das emendas parlamentares, não é possível conceber um Plano Anual de Contratações fidedigno. Ademais o Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, em seu art. 17 estabelece que, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a disponibilidade de créditos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

A proposta está em consonância com o Planejamento Estratégico da Institucional 2022/2026, o qual prevê como missão: “Promover o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades. Ao desafio que a Companhia desenvolve com o expressivo número de obras e ações relacionadas à implantação de perímetros de irrigação e à revitalização das bacias hidrográficas, por meio de obras de esgotamento sanitário, obras estruturantes, controle de processos erosivos, destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequada, oferta de água para usos múltiplos, melhoria da navegabilidade bem como ações de apoio às atividades produtivas locais. Visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso ao desenvolvimento para todos e contribuir para um equilíbrio de renda e oportunidades, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Ao transferir atividades de apoio à fiscalização para prestadores de serviços, a 8ª/GRD racionaliza sua força de trabalho de acordo com sua missão institucional, seu planejamento estratégico, as quais citamos, dentre outras:

- Melhorar o aproveitamento dos Recursos Humanos;
- Aprimorar e dar celeridade as atividades rotineiras;



- Assegurar a gerência de informações e suporte às atividades fins;
- Desenvolver competências essenciais dos servidores;
- Fortalecer a imagem institucional perante a sociedade;
- Otimizar os processos de trabalho;
- Racionalizar os custos.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação visa, de forma geral, a manutenção e suprimento necessário na prestação de serviços de apoio à fiscalização com consultoria, elaboração de projetos, levantamentos de dados e informações em campo, emissão de relatórios que irá embasar a tomada de decisão do fiscal/gestor nos instrumentos, nas localidades sobre abrangência da 8ª/SR Codevasf no estado do Maranhão, uma vez que se trata de serviços de caráter essencial e permanente. Os resultados pretendidos visam a eficiência e a eficácia na prestação de serviços para a Gerência de Infraestrutura, bem como visam a racionalização dos gastos, impedindo o crescimento desmensurado da máquina pública, otimizando sua mão de obra, desincumbindo autoridades, dirigentes e servidores de atribuições e tarefas específicas de apoio de serviços diversos que, apesar de serem importantes para a consecução das atividades finalísticas da empresa, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio da prestação de serviços terceirizados.

Ressalvadas as peculiaridades do objeto, pretende-se com a solução:

- melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- melhoria dos serviços contratados;
- redistribuição da equipe com acréscimo de recursos humanos;
- suporte e consultoria na gerencia;
- economicidade, entre outros observados, com base no estudo realizado.

## **13. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

A contratação deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações atos ilícitos que possam configurar corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

Para fins de emissão da Ordem de Serviço, se faz necessário que a empresa a ser contratada apresente a Garantia de Execução do Contrato, tal qual deverá ser previsto em Edital e seus anexos. A garantia de execução do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406/2002

Registre-se, outrossim, a necessidade de atendimento às exigências e especificações técnicas, as quais são imprescindíveis para que a vencedora do certame e detentora da futura ata de registro de preços tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada.

Por fim, deverá ser designado empregado da Codevasf, com formação e competência necessária e suficiente para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, cabendo à Codevasf proporcionar meios físicos e humanos como diárias para viagens e hospedagem, computador, internet, telefonia, veículos, apoio técnico, jurídico, ambiental, contábil, financeiro, entre outros, das Unidades Administrativas e Técnicas que compõe a Codevasf e que respondem solidariamente na execução, fiscalização e apoio ao Gestor do Instrumento.

O fiscal empregado da Codevasf designado, antes da assinatura da Ordem de serviço deverá:

- Primeiramente exigir da empresa contrata o cumprimento de todas as obrigações assumida

de acordo com as futuras cláusulas contratuais e os termos da proposta;

- Entrar em contato com a empresa que irá prestar os serviços, solicitar a nomeação do preposto para tratativas referente ao contrato;
- Deverá responder em até 48h úteis, sobre a qualificação do profissional e compatibilidade para compor o posto de trabalho, após o prazo de 10 dias que a contratada terá de apresentar os currículos dos profissionais;
- Realizar a cobrança da implantação do sistema de gerenciamento de ponto eletrônico e do sistema de rastreamento veicular, solicitando acesso aos sistemas com um login e senha específico para o monitoramento e registro do fiscal;
- Conhecer as instalações do escritório a ser implantado pela prestadora de serviço, realizando registro de imagem do local, conferindo o atendimento a NBR 9050 e demais norma de saúde e segurança do trabalhador.

Ao final do contrato a empresa contratada deverá comunicar a Codevasf formalmente sobre o término, para que o fiscal proceda com os recebimentos provisório e definitivo do objeto. Ressalta-se que, somente após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, poderá ser liquidada a última medição e emitido o Atestado de Capacidade Técnica na totalidade dos serviços prestados.

#### **14. MEDIDAS DE TRATAMENTO SOBRE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Na execução dos serviços objeto da presente contratação deverá ser exigido o pleno atendimento à Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, segundo a qual deverá adotar as seguintes providências:

- a. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- b. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - i. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - ii. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - iii. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa;
  - iv. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d. Respeitar as normas brasileiras - NBR publicadas pela associação brasileira de normas técnicas sobre resíduos sólidos;
- e. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais, como exemplo: as sobras dos materiais poluentes, CAP-Cimento Asfáltico de Petróleo, emulsão asfáltica para a imprimação e CM-30 devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, conforme disciplina normativa vigente.

A CONTRATADA deverá também observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos



e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme Artigo 18, incisos I e II, da Resolução Conama nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso iii e § 2º, da Resolução Conama nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

#### **15.CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

À vista das considerações no presente Estudo Técnico Preliminar, a realização da licitação e posterior contratação dela decorrente apresentam-se viáveis e necessárias, uma vez restar-se demonstrado o alcance do interesse público em prol das melhorias, indiretamente na escoamento da produção e no deslocamento de famílias residentes e diretamente relacionadas a qualidade da obra na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado do Maranhão, trabalhando assim, no atendimento das diversas demandas dos municípios nas respectivas regiões do estado.

Ante o exposto, conclui-se, pela viabilidade técnica e econômica da solução indicada no presente Estudo Técnico Preliminar mediante a adoção do Sistema de Registro de Preços.

São Luís/MA, 27 de novembro de 2025.

#### ***Responsáveis:***

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**ALLAN CARLOS DO NASCIMENTO SILVA**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Unidade Regional de Estudos e Projetos  
8ª/GRD/UEP

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**ANTONIO MARCOS FRANÇA FERREIRA**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Unidade Regional de Implantação  
e Acompanhamento de Projetos  
8ª/GRD/UIP

#### ***De acordo:***

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**GUSTAVO TALGE FERREIRA**  
Gerente Regional de Infraestrutura  
8ª/GRD



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDER  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – 8ª SR**

***Aprovação pela autoridade competente:***

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**CLÓVIS LUIS PAZ OLIVEIRA**

Superintendente Regional – 8ª/SR

8ª/SR – São Luís/MA